

**RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO  
SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2015**

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FPC' and 'AB'.*

**INTRODUÇÃO**

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2015, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 3.144.296,62 € de despesa paga e um total de 3.388.068,63 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 27.296.622,66 € e um total de fundos próprios de 12.527.148,25 €, incluindo um resultado líquido de 237.745,49 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

**RESPONSABILIDADES**

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
  - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
  - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

**Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa**

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/15	jun/14	jun/15	jun/14
Receita total / Despesa total	107,75%	103,36%	55,06%	52,36%
Receita corrente / Despesa corrente	126,22%	122,57%	64,13%	57,20%
Receita capital / Despesa capital	31,38%	28,87%	16,38%	19,78%
Despesa Pessoal / Despesa Total	37,90%	37,71%	36,41%	40,49%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	32,85%	28,87%	34,79%	35,07%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	3,72%	6,60%	3,88%	7,05%
Serviço da Dívida / Despesa Total	14,46%	16,43%	13,76%	8,32%
Receitas próprias / Despesa Total	25,02%	26,26%	12,79%	13,30%
Transferências recebidas / Despesa Total	82,73%	77,10%	42,28%	39,06%
Juros e outros encargos / Despesa Total	3,14%	3,56%	3,29%	1,82%

**Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita**

Rácios de estrutura da receita	jun/15	jun/14
Receitas próprias / Receita total	23,22%	25,40%
Transferências recebidas / Receita Total	76,78%	74,60%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa paga com reporte ao mês de junho de 2015, em termos globais, a execução das despesas correntes ascende a 43,57% (contra 38,33% verificados em junho de 2014) e a execução das despesas de capital foi de 21,42% (contra 28,80% em junho de 2014). Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 69,72% (contra 69,95% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 85,76% (82,15% em junho de 2014) das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 41,04% (42,05% em junho de 2014) da dotação existente.

A rubrica de despesas correntes regista um grau de execução na ordem dos 43,57% (38,33% em junho de 2014), que se considera ligeiramente abaixo do que seria expectável para o período em análise. A rubrica de despesas de capital apresenta um grau de execução bastante modesto (21,42% contra 28,80% em junho de 2014), encontram-se as diferenças essencialmente relacionadas com as rubricas de aquisição de bens de capital e transferências de capital.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental substancialmente mais elevado e mais próximo do valor expectável no semestre (44,48% contra 39,57% em junho de 2014). Para o efeito, contribuíram os desempenhos satisfatórios ao nível da cobrança de impostos diretos (apresenta um grau de execução de 47,42% contra 62,53% em junho de 2014), relacionado com a cobrança de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI - execução de 50,9%) e imposto único de circulação (IUC - execução de 47,7%).

Relativamente à rubrica de taxas, multas e outras penalidades, o grau de execução orçamental verificado (44,66%) é satisfatório, pese embora inferior ao verificado em igual período do ano anterior (55,19%), sendo de destacar a cobrança de receita relacionada com o saneamento. Importa ainda referir os rendimentos provenientes da concessão à EDP (rendimentos de propriedade) cuja execução orçamental é de 20,02%, sendo que em igual período do ano anterior a execução foi de 0,01%.

Devemos ainda destacar a receita proveniente das transferências correntes, cuja execução orçamental ronda os 50% (contra 45,09% em igual período do ano anterior) com especial incidência nos montantes recebidos relativos ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro - 1.914.132 €), Fundo Social Municipal (FSM - 65.586 €) e participações do Ministério da Educação (262.716,74 €).

Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 126,22% quando em igual período do ano anterior havia sido de 122,57%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 64,13% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 57,20%, o que significa que as receitas correntes superaram em 646.805 € as despesas correntes na ótica da despesa paga e, as receitas correntes são inferiores em 1.741.311 € às despesas correntes com base na ótica da despesa comprometida.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em junho de 2015 verifica-se um decréscimo face a junho de 2014, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital, para 2015, em 31,38% e em 28,87% até junho de 2014. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, até junho de 2015 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 16,38% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2014 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 19,78%, o que significa que, as receitas de capital são inferiores às despesas de capital em 465.134 € na ótica da despesa paga e em 1.086.044 € na ótica da despesa comprometida.

8. No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada a junho de 2015, identifica-se um decréscimo, face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 845.475,10 em junho de 2014 para 786.705,59 em junho de 2015 (menos 58.769,51 €). Esta variação, está essencialmente relacionada com a variação negativa (63.856,86 €) do saldo de gerência, entre junho de 2014 e junho de 2015. Ainda assim, o efeito de controlo sobre a despesa, implica que se tenha assistido a uma recuperação do grau de

**Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)**

Custos e Perdas		jun/15	%	jun/14	%	dez/14	%
Cl.	Designação						
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	167 631,36	5,30%	116 299,68	4,23%	296 551,67	4,19%
62	Fornecimentos e serviços externos	889 789,33	28,16%	1 066 389,84	38,77%	1 968 887,89	27,82%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	152 128,53	4,81%	172 210,67	6,26%	291 472,19	4,12%
64	Custos com o pessoal	1 040 325,12	32,92%	1 225 688,44	44,57%	2 537 805,09	35,86%
65	Outros custos e perdas operacionais	20 013,19	0,63%	9 759,89	0,35%	12 178,86	0,17%
66	Amortizações do exercício	728 108,04	23,04%	0,00	0,00%	1 456 216,05	20,58%
67	Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
68	Custos e perdas financeiros	101 665,53	3,22%	116 424,15	4,23%	246 848,31	3,49%
69	Custos e perdas extraordinários	60 539,19	1,92%	43 543,02	1,58%	266 440,62	3,77%
<b>TOTAL DE CUSTOS</b>		<b>3 160 200,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 750 315,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 076 400,68</b>	<b>100,00%</b>

**11.** A estrutura de proveitos apresenta um acréscimo de 230.728,46 € (+7,28%) face a igual período do ano anterior, relacionado com a existência de proveitos e ganhos extraordinários (mais 195 599,79 € resultante da imputação contabilística dos proveitos associados ao investimento), situação praticamente inexistente no período transato, assim como o acréscimo de 144.605,96 € proveniente das transferências do Orçamento de Estado, situações que permitem colmatar o decréscimo na cobrança de taxas e impostos (-120.208,50 €). De referir ainda o crescimento da rubrica de vendas e prestações de serviços em 7.994,71 € (2,4%), ascendendo a 334.485,50 € em junho de 2015, quando em igual período do exercício anterior se situava nos 326.490,79 €, assim como o acréscimo de juros associados a saldos em depósitos bancários no montante de 2.736,50 € (foram obtidos juros no valor de 3.152,19 € até junho de 2015, facto que compara com 415,69 € de juros registados até junho de 2014).

**12.** No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um acréscimo de 409.884,60 € (cerca de 15%) face a junho de 2014. Este crescimento está essencialmente relacionado com o registo das amortizações correspondentes ao primeiro semestre de atividade (728.108,04 €), situação não refletida nas contas semestrais no período transato, assim como acréscimos no custo das matérias vendidas e consumidas de 51.331,68 € (+44%), outros custos operacionais (mais 10.253,30 €) e custos e perdas extraordinárias (mais 16.996,17), situações às quais há a contrapor o decréscimo acentuado na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos – FSE's, apresentando uma diminuição de 176.600,51 € (-16,56%), na rubrica de Transferências e Subsídios Concedidos, diminuindo 20.082,14 € (-11,7%), nos Custos com o Pessoal, diminuindo 185.363,32 € (-15,12%) e os Custos e Perdas Financeiros, que apresentaram um decréscimo de 14.758,62 € (-12,7%).

14. A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos custos e proveitos, sobretudo para as situações de menor relevância contabilística. Contudo, é de salientar a correta alteração de critérios face a junho de 2014, uma vez que as rubricas de maior significado passaram a ser contempladas para efeitos de especialização, justificando-se assim a variação ocorrida nos resultados apresentados.

## ANÁLISE FINANCEIRA

15. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)**

Classif.	Designação	jun/15	%	jun/14	%	dez/14	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	22 767,53	15,70%	38 107,07	56,30%	37 590,53	26,44%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	9 719,42	6,70%	6 905,54	10,20%	6 143,11	4,32%
24	Estado e outros entes públicos	112 557,51	77,60%	22 673,34	33,50%	98 455,48	69,24%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>Total Curto Prazo</b>	<b>145 044,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>67 685,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>142 189,12</b>	<b>100,00%</b>
	<b>Total Médio Longo Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
	<b>TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>	<b>145 044,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>67 685,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>142 189,12</b>	<b>100,00%</b>

**Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)**

Classif.	Designação	Jun/15	%	Jun/14	%	dez/14	%
2311	Empréstimos de curto prazo	503 071,99	5,97%	503 071,99	5,35%	957 700,00	10,68%
221	Fornecedores c/c	383 611,72	4,55%	350 917,23	3,74%	326 803,88	3,64%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
217	Clientes e utentes c/cauções	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	169 291,80	2,01%	170 423,81	1,81%	108 440,45	1,21%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	84 568,47	1,00%	60 932,08	0,65%	58 304,69	0,65%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	126 876,07	1,51%	27 601,39	0,29%	55 702,98	0,62%
	<b>Total Curto Prazo</b>	<b>1 267 420,05</b>	<b>15,04%</b>	<b>1 112 946,50</b>	<b>11,85%</b>	<b>1 506 952,00</b>	<b>16,81%</b>
2312	Dívidas a instituições de crédito	7 157 168,87	84,96%	8 281 685,66	88,15%	7 157 168,87	79,82%
2689	Outros credores	0,00	0,00%	0,00	0,00%	302 870,83	3,38%
	<b>Total Médio Longo Prazo</b>	<b>7 157 168,87</b>	<b>84,96%</b>	<b>8 281 685,66</b>	<b>88,15%</b>	<b>7 460 039,70</b>	<b>83,19%</b>
	<b>TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS</b>	<b>8 424 588,92</b>	<b>100,00%</b>	<b>9 394 632,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 966 991,70</b>	<b>100,00%</b>